



Maria Elanny Damasceno Silva
(Organizadora)

SUSTENTABILIDADE: A SUPERAÇÃO DE DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA



Maria Elanny Damasceno Silva
(Organizadora)

SUSTENTABILIDADE: A SUPERAÇÃO DE DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia

Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sustentabilidade: a superação de desafios para a manutenção do sistema

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Maria Elanny Damasceno Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S964 Sustentabilidade [recurso eletrônico] : a superação de desafios para a manutenção do sistema / Organizadora Maria Elanny Damasceno Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-408-5

DOI 10.22533/at.ed.085203009

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Sustentabilidade. I. Silva, Maria Elanny Damasceno. CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro (a) leitor (a), apresento-lhes com satisfação o livro intitulado “*Sustentabilidade: a Superação de Desafios para a Manutenção do Sistema*” e seus 22 capítulos que abordam pesquisas inovadoras em diversos campos do conhecimento, contribuindo significativamente para transpor barreiras sociais, industriais e econômicas. Com reflexões críticas e inovações tecnológicas é possível repensar maneiras ecológicas para os resíduos emitidos ao meio ambiente, incorporando ao sistema à consciência ambiental.

De início, oportuniza-se conhecer o diálogo entre o pensamento Marxista e a economia ecológica, passando a vez ao exame apreciativo do documentário de Fritjof Capra com a globalização e sustentabilidade em tempos de pandemia. Continuamente, a responsabilidade civil é debatida com base na obra de Hans Jonas, que trata da omissão do Estado, ética e políticas ambientais.

A cultura e territorialidade são fundamentais para construção de valor social, sobre isto é divulgada a trajetória histórica da patrimonialização. O conhecimento biocultural dá prosseguimento aos resgates históricos ao citar a produção da “Broa de Planta”, além disso, um estudo etnográfico discute a importância do saber fazer do queijo Kochkäse, após proibição comercial legal.

Desafios e falhas são evidenciados sobre os Sistemas de Licenciamentos Ambientais Estaduais, indicando a necessidade de reajustes. Desafios também podem favorecer à conscientização ambiental, especialmente quando trabalham a temática do lixo de maneira virtual.

As incubadoras universitárias ganham notoriedade social ao tornarem-se agentes de desenvolvimento local. Por sua vez, o desenvolvimento das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil são relacionadas à agroecologia. Em outra vertente, consumidores de produtos orgânicos têm o perfil caracterizado em pesquisa socioeconômica. Os feirantes de produtos hortigrutigranjeiros e de grãos são alvo de levantamento de informações acerca das condições de produção e comercialização em região fronteiriça. Empresários de transportadoras municipais são indagados quanto suas percepções ambientais considerando o Ciclo de Vida dos produtos.

Exemplos de políticas públicas de sucesso inspiram e incentivam a mobilidade urbana com ciclovias, como o caso do PLANYC em Nova Iorque. A satisfação e o bem-estar são essenciais para efetivar a compra de produtos, para isto, analisa-se o impacto da emoção surpresa na recompra de artigos de moda sustentável.

As indústrias alcoolquímicas inovam ao utilizar tecnologias híbridas nafta/etanol em matérias-primas de grau químico, logo, são disponibilizados dois estudos de casos para testar as vantagens. Resíduos de soldagem industrial contaminantes são preocupantes e causam perdas financeiras, um estudo trata da sustentabilidade ao aplicar o processo FCAW. A simulação computacional é utilizada para observar o comportamento de estrutura

geodésica com bambus e cabos. O reúso de águas é tema de estudo ao identificar tecnologias diferenciadas atuantes em indústrias.

Para terminar, tem-se a proposta de reúso de rejeitos urbanos para geração de energias por meio de processo de biodigestão aeróbia. A energia eólica possui boa matriz energética brasileira, por conseguinte, analisa-se as perspectivas da fonte energética a partir do acordo em Paris na COP 21. As células solares sensibilizadas por corantes naturais são essenciais para dispositivos solares, logo é difundida uma avaliação metodológica da extração de corantes oriundos de ameixa roxa e repolho roxo.

Desejo-lhes excelentes reflexões e estudos!

Maria Elanny Damasceno Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DIÁLOGO ENTRE MARXISMO E ECONOMIA ECOLÓGICA

Naira Juliani Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.0852030091

CAPÍTULO 2..... 11

RESENHA CRÍTICA SOBRE O DOCUMENTÁRIO “PONTO DE MUTAÇÃO”, DE FRITJOF CAPRA E SUAS PERSPECTIVAS PARA O MUNDO CONTEMPORÂNEO AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Cicera Maria Alencar do Nascimento

Emanoel Ferdinando da Rocha Junior

Jorge Luiz Gonzaga Vieira

Adriane Borges Cabral

Thiago José Matos Rocha

DOI 10.22533/at.ed.0852030092

CAPÍTULO 3..... 21

O DEVER ÉTICO EM HANS JONAS E A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO ESTADO EM RAZÃO DA SUA OMISSÃO

Luiza de Medeiros Trindade

DOI 10.22533/at.ed.0852030093

CAPÍTULO 4..... 29

PATRIMONIALIZAÇÃO E TERRITÓRIO: UMA TRAJETÓRIA DE VALORIZAÇÃO E CONFLITOS

Bruno Luiz Gonçalves

Cinthia Maria de Sena Abrahão

DOI 10.22533/at.ed.0852030094

CAPÍTULO 5..... 42

A “BROA DE PLANTA” DA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE: IDENTIDADE A PARTIR DOS VÍNCULOS BIOCULTURAIS EM AMBIENTES DE MONTANHA

Alessandro Melo Rifan

Maria Clara Estoducto Pinto

Adriana Maria de Aquino

Renato Linhares de Assis

DOI 10.22533/at.ed.0852030095

CAPÍTULO 6..... 57

A NECESSIDADE DE EFICÁCIA E ADEQUAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS EM RELAÇÃO AOS AGRICULTORES FAMILIARES - O CASO DO KOCHKÄSE, NO VALE DO ITAJAÍ (SC)

Odacira Nunes

Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0852030096

CAPÍTULO 7..... 72

UM SISTEMA EM COLAPSO? DIFICULDADES DOS SISTEMAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS ESTADOS BRASILEIROS

Benilson Borinelli
Nicole Cerci Mostag
Beatriz Fernanda da Silva Corado
Rodrigo Libanez Melan

DOI 10.22533/at.ed.0852030097

CAPÍTULO 8..... 85

#TRASHTAGCHALLENGE – O DESAFIO DO LIXO: REFLEXÕES VIRTUAIS EM FACE DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Viviane Cristina Martiniuk

DOI 10.22533/at.ed.0852030098

CAPÍTULO 9..... 103

ECONOMIA SOLIDÁRIA: AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS COMO GERADORAS DE ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO

Sandro Miguel Mendes
Garrone Reck

DOI 10.22533/at.ed.0852030099

CAPÍTULO 10..... 117

AGROECOLOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DE ATER

Joab Luhan Ferreira Pedrosa
Vanessa Maria de Souza Barros
Lucas Rosa Pereira
Conceição de Maria Batista de Oliveira
Diogo Ribeiro de Araújo
Lusiane de Sousa Ferreira
Matheus Gaspar Schwan

DOI 10.22533/at.ed.08520300910

CAPÍTULO 11..... 127

CARACTERÍSTICAS SOCIECONÔMICAS DOS CONSUMIDORES DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Carlos Alexandre Petry
Bruna Ricini Martins
Luana Cristina de Souza Garcia
Juliano Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.08520300911

CAPÍTULO 12..... 138

DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE HORTALIÇAS NA FRONTEIRA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO NO BRASIL E PUERTO QUIJARRO E PUERTO SUAREZ NA BOLÍVIA

Alberto Feiden

Edgar Aparecido da Costa
DOI 10.22533/at.ed.08520300912

CAPÍTULO 13..... 153

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS TRANSPORTADORES

Elisiane Salzer
Djeimi Angela Leonhardt Neske
Loreni Teresinha Brandalise
Geysler Rogis Flor Bertolini

DOI 10.22533/at.ed.08520300913

CAPÍTULO 14..... 167

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM NOVA IORQUE

Bruna Rodrigues Guimarães
Antônio Pasqualetto
Júlia Pereira de Sousa Cunha

DOI 10.22533/at.ed.08520300914

CAPÍTULO 15..... 176

A INFLUÊNCIA DA EMOÇÃO SURPRESA NA DECISÃO DE RECOMPRA DE PRODUTOS DE MODA SUSTENTÁVEL

Luana Poletto Barbieri
Igor Bosa
Janine Fleith de Medeiros
Cassiana Maris Lima Cruz

DOI 10.22533/at.ed.08520300915

CAPÍTULO 16..... 189

INOVAÇÃO COM TECNOLOGIAS HÍBRIDAS NAFTA / ETANOL ESTUDO DE CASOS

Rivaldo Souza Bôto

DOI 10.22533/at.ed.08520300916

CAPÍTULO 17..... 198

MANUFATURA SUSTENTÁVEL – ESTUDO DE CASO APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO DURO EM MOENDAS DE CANA DE AÇÚCAR PELO PROCESSO FCAW

Marcio de Queiroz Murad
Valtair Antônio Feraressi
Wisley Falco Sales

DOI 10.22533/at.ed.08520300917

CAPÍTULO 18..... 213

SIMULAÇÃO E AVALIAÇÃO EXPERIMENTAL DE ESTRUTURAS GEODÉSICAS DE BAMBU COM CABOS

Fabiano Ostapiv
Gustavo Correa de Castro
Joamilton Stahlschmidt
Gabriel Ostapiv

DOI 10.22533/at.ed.08520300918

CAPÍTULO 19.....	232
PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INDÚSTRIA 4.0 PARA AUXILIAR NO REUSO DA ÁGUA NAS INDÚSTRIAS	
Ana Mariele Domingues	
Jacqueline de Almeida Barbosa Franco	
Nelson de Almeida Africano	
Rosane Aparecida Gomes Battistelle	
DOI 10.22533/at.ed.08520300919	
CAPÍTULO 20.....	245
O REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA A PARTIR DA BIODIGESTÃO AERÓBIA	
Luciana Lopes Kuramoto	
Fernando Pereira de Sá	
Elisângela Cardoso de Lima Borges	
Marcos Aurélio Leandro Alves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.08520300920	
CAPÍTULO 21.....	257
O PAPEL DA ENERGIA EÓLICA NO BRASIL NO CONTEXTO DE MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DA CORRELATA NDC DO PAÍS NO ÂMBITO DO ACORDO DE PARÍS	
Letícia Cunha Bonani	
André Felipe Simões	
DOI 10.22533/at.ed.08520300921	
CAPÍTULO 22.....	272
POTENCIALIDADE DE CORANTE NATURAL EXTRAÍDO DA <i>BRASSICA OLERACEA</i> E DA <i>PRUNUS SALICINA</i> PARA USO EM CELULAS SOLARES SENSIBILIZADAS POR CORANTE (CSSC)	
Rafael Theisen	
Gideã Taques Tractz	
Felipe Staciaki da Luz	
André Lazzarin Gallina	
Paulo Rogerio Pinto Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.08520300922	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	281
ÍNDICE REMISSIVO.....	282

CAPÍTULO 4

PATRIMONIALIZAÇÃO E TERRITÓRIO: UMA TRAJETÓRIA DE VALORIZAÇÃO E CONFLITOS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Bruno Luiz Gonçalves

PPGDTS - Universidade Federal do Paraná
Matinhos - PR
<http://lattes.cnpq.br/5443308316175136>

Cynthia Maria de Sena Abrahão

PPGDTS - Universidade Federal do Paraná
Matinhos - PR
<http://lattes.cnpq.br/2369333680147548>

RESUMO: Processos de patrimonialização são frequentes e costumam vir acompanhados de afirmativas de construção de valor e significado à uma sociedade. A definição de patrimônio, seja ele material ou imaterial, é elemento de sucessivas discussões e os atos que instrumentalizam estes processos podem ser eficazes no sentido da proteção e manutenção de culturas e identidades, bem como conflitantes, por interferirem em territórios complexos cujas relações sociais são consolidadas. Esse artigo objetiva refazer a trajetória histórica e conceitual sobre os termos patrimônio e território, relacionando-os, a fim de elucidar posições sobre os processos de patrimonialização, com propósitos específicos do Estado, e seus diretos reflexos nas sociedades. A significação de patrimônio para as diferentes culturas gera um vínculo de valor com seus atores, dificilmente possível de ser interpretado em sua totalidade por atores externos, posicionados distantes da realidade vivida nesses territórios, com propósitos

ordenados por interesses conflituosos.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, Território, Cultura, Estado-Nação.

HERITAGE AND TERRITORY: A TRAJECTORY OF VALORIZATION AND CONFLICTS

ABSTRACT: Heritage processes are frequent and usually come with statements of construction of value and meaning for a society. The definition of heritage, whether material or immaterial, is an element of successive discussions and the acts that instrumentalize these processes can be effective in the sense of protecting and maintaining cultures and identities, as well as conflicting, as they interfere in complex territories whose social relations are consolidated. This article aims to redo the historical and conceptual trajectory on the terms heritage and territory, relating them, in order to elucidate positions on the processes of patrimonialization, with specific purposes of the State, and their direct reflexes in societies. The meaning of heritage for different cultures generates a bond of value with its actors, hardly possible to be interpreted in its entirety by external actors, positioned far from the reality experienced in these territories, with purposes ordered by conflicting interests.

KEYWORDS: Heritage, Territory, Culture, Nation-State.

INTRODUÇÃO

A questão patrimonial dentro de uma sociedade pode ser interpretada e apropriada por distintos atores com visões completamente

distantes. Nas sociedades modernas é comum que o patrimônio esteja associado a bens materiais, sejam edificações históricas, objetos ou peças de arte, nos quais a distinção de valor se aplica às funções históricas por representarem características espaço-temporais específicas. Porém, surgiu desde a metade do século XX, visões de um patrimônio que ultrapassa a matéria, abrangendo o campo do imaterial, dos saberes, das vivências, da espiritualidade, da significação da natureza.

Essas múltiplas facetas do conceito de patrimônio, nos permitem dentro desse trabalho, ampliar as discussões sobre o ato da patrimonialização, aquele com intuito primal de registrar um bem, que possua significado e valor de patrimônio cultural e social, em algo que possua salvaguarda, políticas de preservação e conservação, dentro do estabelecido como essencial ao sujeito que vive e usufrui deste bem. A patrimonialização, vista apenas pela simplicidade da preservação e pelo romantismo da manutenção, pode ser geradora de conflitos dentro de um território, que compreende e interpreta sua relação cultural e social aos seus modos de vida e suas liberdades. Entende-se que patrimonializar possibilita valorizar as marcas espaço temporais, sejam elas de ordem material ou imaterial, de um determinado território. Todavia, ela gera um fator interveniente sobre sua dinâmica, dado que o território é vivo e se transforma ao longo do tempo. Daí que se perceba relevância na problematização acerca das intersecções conceituais entre a teorização acerca de patrimônio e território. A partir desta problematização sobre a influência dos processos de patrimonialização na formação e organização dos territórios, bem como suas relações sociais, buscaremos abrir novas clareiras de interpretação sobre a conceituação de patrimônio e território, dentro de uma trajetória histórica de consolidação dos termos.

MATERIAL E MÉTODOS

A construção deste artigo de natureza qualitativa, acontece através de uma pesquisa exploratória, buscando esclarecer conceitos que dão suporte as possíveis formulações problemáticas e hipóteses sobre as questões de patrimônio e território, naturalmente fornecendo subsídio teórico à construção deste estudo com distintas perspectivas sobre os temas centrais apresentados (GIL, 2008). Definido o tema a ser explorado, parte-se à busca de material teórico, com levantamento bibliográfico em fontes informacionais primárias e secundárias, constituídas prioritariamente por livros e artigos científicos (PIZZANI, et al, 2012), também com referências à Instituições de ordem global, como o caso da UNESCO¹, e a Instituição nacional – IPHAN², que propõe e aplica legislação pertinente ao tema da patrimonialização. Por tratar-se de temas dinâmicos e controversos, esta metodologia permite maior flexibilidade de análise, através de diferentes formas de explorar o conteúdo.

Através de uma leitura em materiais referência nos assuntos globais sobre patrimônio e território, investigou-se através de uma análise de citações, novas possibilidade de fontes

1 Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

2 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

que se aproximassem ao recorte proposto por este artigo. Os bancos de dados online, permitiram o acesso aos principais artigos publicados, então utilizados como referências teóricas.

Essa produção propõe traçar um caminho de definição histórica para compreensão das propostas centrais do trabalho, buscando organizar brevemente uma trajetória conceitual do termo patrimônio dentro de suas diversas representações, onde a sentença se mostra em momentos desmembrada, a fim de produzir significado relacional às distintas áreas de conhecimentos que estudam o assunto e facilitar a compreensão de sua multiplicidade, bem como, a abordagem aos conceitos de território, relacionando-os à matéria da patrimonialização.

Para melhor compreensão dos fatos que constituem o Patrimônio, na discussão do conteúdo, foi desenvolvido um quadro resumo, baseado no referencial bibliográfico investigado, com os períodos de maior relevância para a formação e visibilidades das diferentes perspectivas que abarcam os sentidos de patrimônio, para posterior conexão e discussão às abordagens de território e suas influências.

RESULTADOS

Patrimônio

Para Choay (2006, p. 11), a palavra Patrimônio, “[...] estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Palavra esta que passa por diversos adjetivos, se requalifica, gerando um conceito “nômade” conforme o mesmo autor aponta. Já o termo Patrimônio histórico, “[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...]” (CHOAY, 2006, p. 11).

Conforme ainda apontado pelo autor, as luzes da noção da patrimonialização cultural, que atualmente se constitui em um elemento de valor simbólico às sociedades, surgem no período histórico do século XVIII, na altura da Revolução Francesa, pois, até este momento o que se tinha eram monumentos históricos simbolizados pela antiguidade grega e romana, com forte atenção aos estilos e técnicas construtivas e arquitetônicas. Neste período, a ideia da valorização patrimonial se estendia às construções medievais mais recentes, que também apresentavam seu potencial artístico e histórico. Assim, “[...] a expressão começou a ser vinculada mais estreitamente ao campo da representação e a ser utilizada com fins políticos, objetivando unir grupos socialmente, a até culturalmente, heterogêneos a uma identidade ou projeto de nação.” (SANT’ANNA, 2009, p. 50).

Sob a Revolução Francesa, o conceito de patrimônio nacional irrompeu para responder à urgência de salvar a rapinagem e da destruição os imóveis e as obras de arte, antes pertencentes ao clero e à nobreza, que foram

transformados em propriedade do Estado. Apoiada no saber dos eruditos e na vontade daqueles que, mesmo não sendo aristocratas, não queriam ver tais riquezas e obras de arte destruídas, a noção de patrimônio nacional nasceu de um embate de forças, apelando a um sentimento nacional e atendendo a uma conveniência econômica (SANT'ANNA, 2009, p. 50).

Muitos são os argumentos e manifestações apontando o fim do séc. XVIII como o período de consolidação do patrimônio com a formação dos Estados Nacionais, porém, Gonçalves (2009), mesmo consentindo, acrescenta que a categoria está presente desde o mundo clássico e na Idade Média, não pertencendo como invenção moderna, “[...] sendo que a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que, assumidos por ela, podemos dizer que a categoria ‘patrimônio’ também se faz presente nas sociedades tribais”. (GONÇALVES, 2009, p.26). Assim, por constituir-se de uma condição de formação social milenar, sua relevância não se faz presente apenas às sociedades ocidentais.

Contudo, ao longo do século XIX, a Europa desenvolve o processo de organizar e identificar os bens de interesse de sua salvaguarda, junto com os interesses privados para a conservação de seus patrimônios nacionais, que representavam sua história de sucesso. Desde então, se estabelecem e se figuram presentes os atos de preservação ocidental, com a criação de instrumentos para a proteção destes bens patrimoniais (SANT'ANNA, 2009).

Neste contexto da formação dos Estados Nacionais, o conceito de patrimônio em si, passa a ser interpretado como modo de fortalecer o Estado moderno, estabelecendo uma formatação de ideias e princípios nacionalistas; “neste sentido, o patrimônio, enquanto suporte e recriação simbólica das identidades, tem operado fundamentalmente na conformação e na reprodução da identidade nacional.” (ROTMAN e CASTELLS, 2007, p. 59).

As atribuições da abrangência do patrimônio deixam de pertencer apenas a edifícios isolados, e passam a compreender conjuntos de formas edificadas e malhas urbanas, conjuntos de aldeias, conjuntos de bairros inteiros, registrados como Patrimônio da Humanidade, pela Unesco (CHOAY, 2006).

Partindo desta breve distinção de terminologia, Choay (2006) esclarece que os termos patrimônio histórico e monumento histórico já não podem mais ser vistos como sinônimos, pelo fato de que os monumentos históricos ganharam a partir da década de 1960 uma amplitude de novos bens considerados exemplares aos quadros históricos. Passada a Segunda Guerra Mundial, cresce o número de bens de valor histórico, que antes, por mais que se tivera a mesma função, agora passam a ser vistos dentro de novas classificações, denominados de acordo com suas características físicas e vínculos históricos.

No ano de 1945, a Conferência das Nações Unidas para a criação de uma organização educacional e cultural foi convocada, onde representantes de 37 países se

reúnem para assinar o Ato Constitutivo da Unesco, que passa a vigorar em novembro de 1946. A ideia fundante da organização seria criar uma cultura de paz mundial após findado os conflitos, onde as ações voltadas à educação e cultura da humanidade seriam capazes de evitar uma nova guerra mundial (UNESCO, 2019).

Essa mudança significativa em relação à patrimonialização ocorrida no pós Segunda Guerra resulta, que elementos e práticas culturais passam a ter uma nova interpretação, que não estariam necessariamente associados a algo materializado, edificado, e segundo Sant’Anna (2009) esta nova percepção acontece pautada nas práticas de países asiáticos, até então considerados países de Terceiro Mundo, que possuíam um tipo de patrimônio baseado na imaterialidade física, através das manifestações e saberes tradicionais e seu relacionamento profundo com o meio ambiente.

No Brasil, no ano de 1988 é aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição da República Federativa do Brasil, que apresenta um artigo específico à proteção de bens culturais nacionais. O artigo 216 da Constituição Federal coloca “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira[...]” (BRASIL, 1988). Foi também na Constituição de 88, que a nomeação Patrimônio Histórico e Artístico³ é substituída pela nomeação Patrimônio Cultural Brasileiro⁴. O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desenvolve a gestão do patrimônio, separando-o em grupos de acordo com suas características, sendo eles: patrimônio material, patrimônio imaterial, patrimônio arqueológico e patrimônio mundial e utiliza o conceito de patrimônio descrito no artigo constituinte citado.

O tema patrimônio cresce significativamente dentro do contexto da “história do Ocidente moderno enquanto veículo de signos e valores capazes de representar justamente esse coletivo de indivíduos [...], esse indivíduo coletivo.” (ABREU, 2016, p. 28). A busca pela valorização da diversidade cultural se estabelece como ponto central nas novas políticas de patrimônio, no intuito de salvaguardar culturas tradicionais que constituem os territórios nacionais. Abreu (2016) ainda, coloca como “ampliação” do conceito de patrimônio, o respeito ao processo em que as políticas nacionais alcançam elementos que vão além do patrimônio material edificado, aquele marcado e definido por momentos históricos e critérios artísticos. Esta ampliação de conceito passa a abordar as múltiplas manifestações culturais, que podem se apresentar em formatos distintos e característicos como festas, rituais, música, linguagem, danças, e tudo mais que possa vir a representar particularidades, costumes, identidades de um grupo cultural.

A participação dos antropólogos dentro do ambiente de estudo sobre o patrimônio

3 Nomeação estabelecida pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, com forte caracterização de bens materiais.

4 Conceito revisto pela Constituição Federal de 1988, artigo 216, que incorpora bens de caráter imaterial como referência cultural brasileira.

e suas relações com as sociedades, ampliou e enriqueceu as visões conceituais do termo e suas aplicações, por tratar-se inicialmente de uma matéria dedicada à arquitetos e historiadores. Esta participação dos antropólogos também resulta no estudo de museus e práticas de colecionamento de objetos, onde estes eram entendidos como importante elemento dos patrimônios nacionais. A crescente produção de estudos e discursos que abordavam o patrimônio no Brasil, geraram diversos eventos durante a década de 1990, onde, principalmente a Antropologia passava a debater nestes encontros, a memória, nação, patrimonialização, museus, etc., temas estes debatidos cada vez com mais frequência na academia durante a década seguinte (ABREU, 2005). Conforme apontado ainda pela autora, Abreu (2005, p. 38), “A tônica destes trabalhos consistiu em apresentar uma visão desnaturalizada de um campo eivado por ideologias e paixões, sobretudo de cunho nacionalista”.

Embasados nesta perspectiva inicial sobre o processo de patrimonialização, Rotman e Castells (2007), apontam que este processo de seleção de bens com interesses do Estado, não representam os interesses da nação real, dos povos com culturas heterogêneas, característica forte na América Latina, reproduzindo uma ideia de valorização e preservação de um patrimônio cultural hegemônico dominante.

Para Funari (2001, p. 28), “[...] no Brasil, o cuidado do patrimônio sempre esteve a cargo da elite, cujas prioridades têm sido tanto míopes como ineficazes. Edifícios de alto estilo arquitetônico, protegidos por lei, são deixados nas mãos do mercado [...]”, onde o patrimônio em si como elemento de valorização da história ganha novos olhares, dentro de uma perspectiva capitalista de exploração de sua simbologia, criada muitas vezes para esta finalidade.

As identidades estabelecem conexão conceitual à formação da patrimonialização, pois,

Patrimônio evoca também o sentido de vínculo com a identidade social de um sujeito, de uma comunidade. As várias identidades que se articulam aos diferentes patrimônios se representam pelos diferentes sentidos que atribuem e as várias possibilidades de reconhecimento que articulam (FERREIRA, 2004, p. 2).

Ressalta a autora nesta colocação, a necessidade de se pensar na transformação da memória em patrimônio como uma tendência contemporânea, pertencente comumente às identidades fragmentadas. Ferreira (2004, p. 2) ainda aponta que “Falar de patrimônio é também falar de identidade, ou de afirmação de identidades, e o desaparecimento do signo patrimonial pode colocar em risco ou reforçar esses vínculos identitários”. É, portanto, no conceito de lugares de memória que o patrimônio atua com maior efetividade. “São os significados investidos ao lugar (entendendo-se aqui mais do que a dimensão física de lugar) que o transformam em patrimônio, [...]” (FERREIRA, 2004, p. 3).

Dentro do contexto dos conjuntos arquitetônicos vistos como patrimônios nacionais e

suas significâncias na formação das cidades brasileiras, em 2001, o instrumento jurídico do Tombamento é incluído dentre os instrumentos de planejamento do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), buscando através de seus atos, conciliar a preservação ao desenvolvimento das cidades, junto com as demais ferramentas urbanísticas previstas pelo Estatuto (RABELLO, 2015).

Território

Ao entrar no campo de discussão sobre territórios, Haesbaert (2014) considera que a indefinição do conceito é um dos grandes problemas do estudo do território, sendo que os distintos campos do conhecimento o interpretam e conceituam de forma diferente, utilizando definições da dimensão territorial de acordo com seus interesses de análise. Aponta quatro macrodimensões territoriais para a análise dos territórios, sendo elas, política, cultural, econômica e naturalista.

De forma abrangente, Haesbaert (2014) coloca que os territórios se situam “[...] entre os ideais de funcionalidade e simbolismo, tendo por fios condutores do complexo processo de reordenamento territorial as questões ambientais e o novo papel do Estado [...]”. O Estado compreendido como ator de participação nas demandas das sociedades, promovendo territorialização dentro do conceito componente de poder.

Para Santos (2005, p. 255), “vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados.” Assim, aponta que o território em si não o torna elemento de análise dentro do campo social, e sim sua apropriação, dentro de seus diferentes usos, e que merece revisão de reflexões de acordo com os acontecimentos históricos. A compreensão destes territórios é de grande relevância “para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro (SANTOS, 2005, p. 255).

Santos (2005) registra ainda, que o Estado-Nação tinha como base o território para sua formação, onde o Estado definia e moldava os territórios, atribuindo-lhes características pós-modernas de transnacionalização.

O território visto como recurso cultural e econômico, para Valcárcel (1998), é resultante da crescente valorização deste território como sendo parte do patrimônio histórico e cultural, atribuindo-lhe a patrimonialização como elemento que figura valor. O autor coloca que o patrimônio em sua evolução conceitual, bem como a constante transformação do conceito de território, o faz confluir em algo que nos permite falar sobre “patrimônio territorial”. Por esta perspectiva, tem-se a compreensão da maior completude do território, o entendendo não apenas como espaço físico, mas também espaço de configurações sociais.

Através de um olhar comum e predominante, o território pode ser visto como uma composição física de elementos materiais dispostos em um espaço geográfico. Porém o território tem se identificado como um substrato natural necessário para que as sociedades

possam se desenvolver, segundo Valcárcel (1998). Esta percepção gera certa identidade, onde “Territorio y Naturaleza han venido a ser, en cierta medida, sinónimos” (VALCÁRCEL, 1998, p. 38)

El territorio es, así, en la mayor parte de los casos, en áreas de amplia continuidad cultural histórica, una especie de palimpsesto, cuya lectura requiere identificar los diversos <territorios> incorporados en él, separar estas distintas aportaciones históricas, valorando su grado de inserción, en cada caso, así como la amplitud que cada uno ocupa, y las modalidades de articulación de lo antiguo en lo nuevo, y el grado de transformación experimentado en esse proceso de absorción y <refuncionalización>. (VALCÁRCEL, 1998, p. 38)

Pecqueur (2005) discute duas definições distintas para compreender o território: O território dado, como sendo o território pré-existente, possível de ser observado e caracterizado, e o território construído, aquele cujo participação dos atores é que dá forma ao território, o construindo dentro de suas dinâmicas sociais.

Em uma abordagem sobre o território latino americano, Leff (2016) expõe a história de uma luta pela reapropriação social da natureza e a reinvenção cultural dos territórios de vida dos povos, como uma história política da construção e implantação do ambientalismo latino americano, que vem contrariando os modelos tradicionais de desenvolvimento implantados desde o período de colonialização e instauração dos Estados-Nação. Os princípios manifestados por Leff, permitem uma apropriação do território em profunda ligação com os ambientes naturais, atribuindo valor e significado cultural à própria natureza.

Zaoual (2003) defende que qualquer localidade, por mais que apresente visualmente uma identidade coletiva, possui uma diversidade endógena, pelo fato de pertencerem a grupos específicos dentro de uma rede de relações, como classes, religiões, microculturas, etc.

DISCUSSÃO

As transformações recentes dos conceitos de patrimônio e território, segurem uma reinterpretção das relações entre os termos, permitindo estabelecer um sentido mais amplo e dinâmico na formação de identidades territoriais.

Antes de prosseguir às relações patrimônio e território, apresenta-se abaixo um quadro resumo apontando os momentos e períodos históricos de elementar relevância, que deram forma à conceituação do termo Patrimônio, para posteriormente atribuímos o termo território na discussão.

	PERÍODO	ACONTECIMENTOS
CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO	Mundo Clássico e Idade Média	<p>Categoria patrimônio presente em sociedades tribais</p> <p>Não pertencente como invenção moderna</p> <p>Surge a ideia de valorização patrimonial dos bens transformados em propriedade do Estado</p>
	Séc. XVIII - Período da Revolução Francesa	<p>Consolidação do patrimônio com a formação dos Estados Nacionais</p> <p>Fortalecimento do Estado-moderno</p>
	Séc. XIX	<p>Europa desenvolve processos de identificação de bens de interesse para a conservação de seus patrimônios nacionais</p> <p>Ano de 1937: no Brasil, cria-se o IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio da Lei 378, assinada por Getúlio Vargas; e no mesmo ano é decretado o Tombamento como um instrumento jurídico para preservação de bens materiais, públicos ou privados com significativo valor cultural</p>
	Período Pós-Segunda Guerra	<p>Ano de 1945, ONU assina o Ato Constitutivo da UNESCO, com a ideia de criar uma cultura de paz mundial, onde ações voltadas à educação e cultura seriam capazes de evitar outra guerra.</p> <p>Período em que o patrimônio imaterial ganha visibilidade com os princípios de integração e respeito às culturas</p> <p>Novas políticas de patrimônio surgem para salvaguardar culturas tradicionais que constituem os territórios nacionais</p>
	Final da déc. de 1980 e durante dec. 1990	<p>No ano de 1988, é aprovada a Constituição da República Federativa do Brasil, com artigo destinado à proteção dos bens culturais nacionais.</p> <p>Cresce a produção de estudos e discursos sobre patrimônio no Brasil, principalmente dentro do campo da Antropologia.</p>
	Início século XXI	<p>O tombamento como instrumento legal de proteção dos bens culturais, é incluído dentre os instrumentos de planejamento do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001)</p>

Quadro 1: Resumo da trajetória que constrói e consolida o termo patrimônio

Fonte/edição: dos autores (2019)

Dentro do contexto histórico que caracteriza os processos civilizatórios, tem-se inúmeras razões político econômicas que definiam um interesse de valorização ou não de determinados bens, povos ou culturas, como apontado por Gonçalves (2009) para o qual a definição de patrimônio possui caráter milenar e não surge como uma criação moderna. Deste modo, pode-se entender que os atos de patrimonialização geram reflexos diretos dentro do campo territorial, por interagir nas dinâmicas sociais destes territórios.

A construção de valor dos bens patrimoniais dentro de um território pode sofrer

interferências através dos diversos acontecimentos que marcam a história de nossas sociedades. Assim, permitimo-nos compreender a proximidade entre a patrimonialização e seus reflexos nos territórios, sejam eles geradores de conflitos ou conciliações.

De forma a ilustrar um pouco este processo, Abreu (2016) utiliza, para uma abordagem do patrimônio imaterial, em um de seus estudos, o caso do grafismo dos índios Wajãpi, para pensar a situação atual do patrimônio no território brasileiro, e como se constrói este processo de patrimonialização de uma realidade vivida por determinado grupo, e é registrada, transcrita para documentos criados por agentes estatais. Ainda aponta que as sociedades ocidentais modernas se tornam sociedades sem ‘coletividades-memória’, por não estarem mais inseridas em um território cultural que lhes é estimado. Sociedades estas tipicamente camponesas, que atuam no cotidiano com vivências e rituais enraizados nos significados de direito coletivo, onde esta coletividade traduz uma identificação entre o sujeito e o território.

“O bem cultural “autêntico”, como representação metafórica da totalidade nacional, é desnaturalizado e a sua face ideológica e ficcional, descortinada” (ABREU, 2005, p. 39). Na década de 1980, surge um grande número de trabalhos acerca dos discursos sobre nação, onde segundo Abreu (2005), isso pode ter ocorrido devido ao número expressivo de historiadores e cientistas sociais franceses, que neste período acompanhavam o bicentenário da Revolução Francesa.

No território brasileiro, a Constituição de 1988 representa um marco significativo na construção de uma nova aplicação do termo do patrimônio, onde se passa a instituir a garantia da:

[...] proteção a ‘interesses coletivos’, não apenas da sociedade nacional, o que já vigorava até então, mas também de ‘coletividades singulares’ ora por ‘populações tradicionais’ ou de maneira mais específica ‘povos indígenas’, ‘quilombolas’, ‘povos da floresta’ e ainda com menos ocorrência ‘caícaras’, ‘caboclos’, ‘caipiras’ e outras denominações específicas. Ligados a uma coletividade determinável, pode-se dizer que além dos interesses de natureza ambiental e social, surgem interesses coletivos de natureza econômica, mas também de conteúdo cultural (ABREU, 2012, p. 31).

Fato este, que permite que comunidades tradicionais, por exemplo, passem a exercer seus direitos coletivos sobre seus territórios. Abreu (2012) ainda, expõe a importância do artigo 216 da Constituição Brasileira que cria proteção jurídica de elementos que referenciem à identidade e a memória dos grupos que constituem a sociedade brasileira, através de suas expressões e modos de viver, transformando estes atos em bens do patrimônio cultural brasileiro. Este exemplo, esclarece o quão pode sofrer interferência um território, por meio de um processo normativo que, no caso da Constituição Federal de 88, apresenta efeitos positivos para a promoção de territórios culturais preservados, atribuindo valor à multiplicidade cultural existente em nosso país.

Conforme Santos (2005, p. 255), “O território são formas, mas o território usado são

objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” Assim, tem-se a vivência dos espaços e das relações sociais ocorridas nestes, como elementos que caracterizam territórios e identidades, podendo assim atribuir valor e significado patrimonial.

Emerge na direção da sustentabilidade social e territorial, o patrimônio cultural como agente potencializador no desenvolvimento de comunidades, embasado em critérios de valoração de uma sociedade, através dos legados deixados às próximas gerações. Incorporar a dimensão cultural as outras dimensões do desenvolvimento como a econômica e a social faz-se necessário cada vez mais para criar alternativas a realidades mais complexas. (TORELLY, 2012).

Para Furtado (1998), a dimensão cultural apontada como substancial no desenvolvimento de uma região vai muito além da matéria física e está diretamente articulada a memória dos diversos grupos culturais, que validam os princípios de valor de cada cultura. Nem sempre a qualidade de vida melhora com o acúmulo das riquezas materiais.

Destaca-se os apontamentos de Torelly (2012) que, em oposição aos processos antagônicos das décadas anteriores a 1980, os novos conceitos de preservação do patrimônio cultural se expressam claramente como um dos caminhos do desenvolvimento.

Ao adentrar na discussão dos atos de patrimonialização dos bens culturais, nos apoiamos em Pecqueur (2005), que defende que o desenvolvimento territorial não pode ser algo implantado por decreto, que deve ser fruto de uma construção dos atores, concebida como uma dinâmica do território, inserido no tempo.

Por fim, podemos considerar o pensamento de Froehlich; Dullius e Vendruscolo (2010, p. 175), onde apontam “o reconhecimento e a identificação de um sistema simbólico, de manifestações culturais, saberes, práticas ou tradições, bem como de objetos ou edificações, por um grupo define a patrimonialização”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçada a trajetória histórica e conceitual dos temas centrais deste trabalho, permitimo-nos expor com maior clareza, que os processos de construção e consolidação da patrimonialização, interferem diretamente nos diferentes campos do território, visto que, todo processo e/ou acontecimento histórico que marca a construção das nações, afeta suas dinâmicas socioespaciais. Inicialmente, a formação dos Estados Nacionais se apropria do ato de patrimonializar bens com interesses encobertos de controle e formatação de uma história voltada a correntes progressistas, apontando histórias de sucesso e heroísmo nacional. Fato este que acaba por danificar estruturas existentes de territórios culturais já consolidados, por culturas importadas.

Por muito tempo, esta transformação social pautada na iniciativa de criação de uma identidade nacional, ordenou desvalorização e descaso com as culturas originárias no

território brasileiro. Processo este, que por vezes é instrumentalizado pela patrimonialização dos bens, e de acordo com os interesses político econômicos passam a receber chancelas de valor ou não.

É visto então, que traçados os processos e acontecimentos temporais de construção das sociedades e seus Estados, podemos compreender as formas como atuamos no mundo moderno. As mudanças de conceituação do termo patrimônio e território, demonstram uma evolução no pensamento cultural de identificação e valorização das diferenças, onde a memória e a identidade dos povos, são elementos constituintes de territórios reais, vividos e apropriados por suas culturas. O verdadeiro significado de patrimônio pode estar “invisível” aos olhos dos sujeitos externos que detém a função de registrar os bens de valor cultural, pois este “valor” é relativo a experiências vividas neste território. Dentro deste paradoxo que se estabelece a patrimonialização, a identificação do patrimônio se mostra mais sensível nas últimas décadas, principalmente com a construção de uma história de paz mundial no pós-guerra, propondo estabelecer uma relação de valorização das diferenças mundiais.

Fica evidente, que os processos de patrimonialização, historicamente se constituíram como um fator de formação social e organização de territórios, sendo o ato da busca de significado algo de cunho relacional entre o “ser” e o “espaço”, podendo este ser um espaço material ou imaterial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **Quando o campo é o patrimônio**: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. **Sociedade e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.37-52, dez. 2005.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006. 288 p. Tradução de Luciano Vieira Machado.

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. República Portuguesa. História. Disponível em: <<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>>. Acesso em: 18 jul 2019.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio**: as várias dimensões de um conceito. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, p.29-39, dez. 2004.

FROHLICH, José Marcos; DULLIUS, Paulo Roberto; VENDRUSCOLO, Rafaela. Território Quarta Colônia/RS: Patrimônio cultural e gastronomia em foco. In: FIRKOWSKI, Olga Lucia C. de Freitas (Org.). **Transformações territoriais**: Experiências e desafios. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2010. p. 169-189.

FUNARI, P.P.A. **Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 41, ½, 2001, 23-32.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. Sao Paulo : Paz e Terra, 1998. 83 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. 200 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009. p. 25-33.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. RJ: Bertrand Brasil, 2007.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>> Acesso em: 18 jul 2019.

LEFF, Henrique et al. La Constitución del campo socioambiental en America Latina: Teoría política del pensamiento ambiental latinoamericano. In: FLORIANI, Dimas; HEVIA, Antonio Elizalde (Org.). **América Latina Sociedade e Meio mbiente: Teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento**. Curitiba: Editora Ufpr, 2016. p. 17-43.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis: PPGAGR, v. 4, n. especial, p. 79-105, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79/10955>

RABELLO, Sonia. **O tombamento**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento).

ROTMAN, M.; CASTELLS, A. N. G. Patrimônio e cultura: Processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: **Observatório Social de América Latina**. Año 6 no. 16 Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do Patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009. p. 49-58.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. **Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável**. Brasília, D.F : IPHAN, 2012. 71 p, il.

VALCÁRCEL, José Ortega. El patrimonio territorial: El territorio como recurso cultural y económico. **Ciudades**, Espanha, v. 4, p.33-48, 1998.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 120 p. Textos selecionados e traduzidos por: Michel Thiollent.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agência Nacional de Águas 233, 234, 242
Agentes de desenvolvimento 9, 103, 104
Agroecossistemas 42, 50, 51, 109, 122
Agroquímicos 50, 120, 128, 129
Alimentos orgânicos 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137
Ancestrais germânicos 57, 61
Antropologia 11, 12, 14, 17, 19, 34, 37, 40, 41, 55, 57, 59, 61, 65, 66, 68, 69, 70
Ativo territorial 42, 44, 52

B

Baixo custo 247, 272, 273

C

Capacidades instaladas 257, 265
Ciclovias 9, 167, 171, 174
Consumo desenfreado 86
Consumo Ecológico 153, 155, 156, 159, 160, 162
Contribuição Nacionalmente Determinada 257
Culturas e identidades 29
Cúpulas geodésicas 213, 230, 231

D

Desigualdade social 103, 113, 115
Dispositivos fotovoltaicos 273, 280

E

Economia ambiental 1, 2, 3, 4, 6, 9
Eficiência atômica 189
Empregos e geração de renda 177
Espaço geográfico 13, 35
Estratégia de negócios 154

F

Fotossensibilidade 272, 274

G

Globalização 9, 11, 12, 17, 19, 41, 107, 109, 112

H

Hortifrutigranjeiros 138, 143

I

Indústria alcoolquímica 189, 195

Instrumentos de controle ambiental 75

Internautas 86, 99

L

Lei da termodinâmica 2, 3

M

Marcos legais 138, 150

Megalópole 167

P

Pandemia 9, 11, 11, 12, 13, 17, 18, 19

Pensamento renascentista 4, 9

Planyc 9, 167, 168, 169, 171, 173, 174, 175

Política Nacional de Ater 125

Políticas Públicas 9, 13, 55, 84, 85, 86, 93, 94, 95, 96, 99, 101, 102, 106, 111, 113, 115, 116, 122, 123, 125, 132, 138, 142, 151, 167, 175, 215, 281

R

Revolução Francesa 31, 37, 38

S

Satisfação do consumidor 176, 177, 187

Saúde 1, 101, 102

Setor sucroalcooleiro 199, 201

Simulação numérica 213, 230

T

Tecnologias 9, 10, 13, 14, 21, 26, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 53, 105, 121, 122, 154, 189, 191, 196, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 244, 246, 247, 272, 273, 281

Transporte de cargas 154, 155, 156

U

Urbanização 77, 94, 115, 245, 246, 247, 248, 258

V

Velocidade de aplicação de revestimento 198

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SUSTENTABILIDADE: A SUPERAÇÃO DE DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SUSTENTABILIDADE: A SUPERAÇÃO DE DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA